

EVOLUÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DE UM MUNICÍPIO DA MICRO-REGIÃO AGRESTE MERIDIONAL: AGRESTINA, 1966/1978

Colette Callier Boisvert
Antropóloga

INTRODUÇÃO

Num estudo anterior, "Apontamentos para um estudo de economia agrária num município da Zona Agreste de Pernambuco, Agrestina" (CALLIER-BOISVERT, 3:143-172, 1973), lembramos as características da zona Agreste que possui feições ecológicas e sócio-econômicas próprias: zona fisiográfica de transição entre a Zona da Mata e o Sertão; região de pequenas e médias propriedades onde se praticava uma economia mista de policultura e pecuária semi-extensiva, cuja população na maior parte constituída por pequenos e médios agricultores, apresentava um gênero de vida mais ou menos idêntico.

A complementaridade pecuária-agricultura dava a esta zona uma função fundamental no sistema de abastecimento alimentar das regiões de alta densidade populacional, Recife e a Zona da Mata, assim como o demonstrou o geógrafo Manuel CORREIA DE ANDRADE (1:133-168, 1963). No município de Agrestina onde foi realizada a nossa primeira pesquisa em 1965-66, a proximidade do centro regional de Caruaru, que ele abastece em produtos agrícolas, e a existência de laços antigos de comunicação com a zona sul do Estado (escoamento da produção de carne-de-sol e da mão-de-obra na época da safra canavieira) nos pareciam garantir certo *statu quo* no equilíbrio da vida socio-econômica do município.

Entretanto já se observava em 1966 umas tendências que iam modificando o sistema sócio-econômico: um retalhamento excessivo da propriedade que se registrou nitidamente entre os censos de 1950 e de 1960. Em nossa amostra, constituída em 1966, 76,7% dos estabelecimentos do município tinham menos de 5 ha (CALLIER-BOISVERT, op. cit., p. 164). Outra tendência correlata à primeira era o crescimento do número de grandes propriedades, que duplicou entre 1950 e 1960, ao mesmo tempo que a superfície ocupada por elas. Este duplo fenômeno acentuava os contrastes entre uma forma de exploração tradicional de cultivo em associação numa policultura de subsistência, com técnicas rudimentares e produtividade baixa, e outra forma de exploração mais evoluída utilizando técnicas modernas numa pecuária de alto rendimento. Esta diferenciação crescente abrangia os gêneros de vida: o pequeno agricultor muitas vezes assalariado e o grande fazendeiro já não tinham traços semelhantes.

No município de Agrestina a presença de um grupo intermédio de agrocriadores, faixa pequena porque representava apenas uns 10% nos censos, atenuava um tanto estes contrastes. Este grupo, de um grande dinamismo, mantinha uma tradição de equilíbrio, baseada na economia mista. Embora os agrocriadores dessem sempre a preferência à pecuária quando procuravam desenvolver os seus estabelecimentos, eles permaneciam fiéis à policultura, produzindo para comercialização.

— Problemática e metodologia:

Em 1978 ou seja doze anos depois da primeira pesquisa nos pareceu que estas tendências que se desenvolveram entre 1950 e 1960 deviam ter acarretado uma série de mudanças na vida sócio-econômica do município considerado.

Um fato nos levou a realizar uma nova análise sócio-econômica de Agrestina: a abertura de uma rodovia. Com efeito, a região beneficiou-se do projeto, de âmbito nacional, visando a melhorar as intercomunicações no Brasil, graças a uma rede de estradas federais. Assim, foi primeiro implantado em 1970 e pavimentado nos cinco anos seguintes o trecho Caruaru-Agrestina-Cupira da estrada federal BR 104 que liga o Nordeste diretamente ao Centro-Sul do país. Esta rodovia federal corta o município de norte a sul (Cf Mapa 1) no seu comprimento, e reduziu o isolamento no qual ele permanecia de maneira intermitente no inverno. A sede do município de Agrestina dista 23 quilômetros de Caruaru. Percurso que se pode fazer em qualquer época do ano dentro de uns 20 minutos, e que liga a sede a um centro regional dinâmico e moderno de intenso movimento comercial. Apenas 152 quilômetros de estrada pavimentada a separam da capital estadual.

O melhoramento da rede de comunicações se acompanha sempre de um processo de uniformização das sociedades locais segundo padrões impostos pela sociedade global. As subculturas rurais perdem os seus traços peculiares para serem absorvidas pela cultura urbana.

A existência de uma via de transporte que facilitou o intercâmbio entre o meio rural e o centro regional ou outras cidades mais importantes devia ter acelerado as tendências acima mencionadas, modificando os traços originais desta zona.

Este pressuposto nos levou a estabelecer uma série de hipóteses que orientou a nossa segunda pesquisa no município referido, durante a qual tentamos estudar as mudanças ocorridas.

Estas hipóteses são as seguintes:

- 1) afinamento da pequena propriedade e aumento das grandes unidades de exploração.
- 2) ruptura do equilíbrio agricultura-pecuária.
- 3) pauperização dos pequenos produtores e intensificação do êxodo rural.
- 4) constituição de uma classe de novos possuidores.
- 5) redistribuição do poder e da autoridade regulando as relações sociais.
- 6) desaparecimento gradual das feições originais desta região *Agreste* agora aberta aos intercâmbios diários com as zonas limítrofes de alta densidade populacional.

A pesquisa, realizada graças a uma bolsa concedida pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais cuja benevolência agradecemos, teve uma duração de um mês na fase de investigação no campo. Em consequência, só podia ser exploratória, e os resultados abaixo apresentados não oferecem todos um carácter definitivo. Com efeito, algumas das hipóteses não chegaram a ser verificadas e precisariam de uma análise mais afinada.

Este projeto requeria métodos diversos de investigação. Primeiramente, foi necessário fazer um levantamento de dados estatísticos fornecidos pelos mais recentes censos demográfico e económico relativos à região para realizar uma análise comparativa com os dados estatísticos levantados 12 anos atrás. Este levantamento estatístico e cartográfico realizado no Recife no I.B.G.E. e em diversas outras repartições: IJNPS, FIAM, SERPE, SUDENE, DERPE, SUCAM, foi completado *in loco* por dados mais recentes fornecidos pelo IBGE de Caruaru, pelas repartições do EMATERPE e do INCRA de Agrestina e pela Prefeitura. Procuramos fontes complementares de dados quantitativos na própria sede do município: Cartórios, Coletoria estadual,

Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), Sindicato dos Trabalhadores rurais, etc.

No inquérito foram aplicadas técnicas etnográficas tais como a observação direta e a entrevista dirigida, para conseguir dados qualitativos referentes às relações profissionais e sociais entre as pessoas.

Graças ao apoio logístico do IJNPS que nos proporcionou um veículo, conseguimos fazer nossas observações não apenas na sede do município e na zona suburbana como nos distritos e lugares mais distantes (cf mapa 2): por exemplo, o distrito de Barra do Chata, e o povoado Sta. Teresa na zona semi-árida do sul do município, o sítio de Água Branca, terra de mandioca e de policultura, no sueste do município; o povoado de Pé de Serra do Mendes, no Nordeste, zona brejeira de fruteiras e culturas permanentes, e de grandes fazendas no sopé das serras. Uma pequena parte do município, na direção oeste da sede, permaneceu fora do nosso alcance, porque na altura da pesquisa (agosto de 78) as chuvas tornaram intransitáveis as estradas municipais. Prova que a rodovia beneficiou toda a área que ela atravessa, mas não o interior do município.

1 – ESTRUTURA AGRÁRIA E SISTEMA DE EXPLORAÇÃO

O município de Agrestina, de uma superfície de 223 km² no último censo,¹ faz parte da microrregião do Agreste Meridional. O Plano de Desenvolvimento desta microrregião apresentado pelo Conselho de Desenvolvimento (CONDEPE: 1974, v. 4) aponta as seguintes funções estratégicas do Agreste Meridional no contexto do sistema sócio-econômico do Estado (v. 1: 74):

- abastecimento alimentar
- fornecimento de matérias-primas à indústria estadual.
- oferta de serviços básicos vinculados ao turismo e lazer.
- fornecimento de produtos industrializados.

Em qual medida o município de Agrestina participa, nesta estratégia do desenvolvimento?

Para poder dar uma resposta a esta pergunta, é preciso analisar antes a estrutura agrária e o sistema de exploração focalizando as mudanças ocorridas no decorrer destes últimos 25 anos.

1 — 1. Estrutura agrária

A tabela seguinte ilustra esta evolução:

Anos	Nº de Estabelecimentos	Área (ha)	
		Total	de lavouras
1950	1243	10456	3487
1960	2183	13911	3604
1970	2917	15713	
1975	2400	17149	3752

Fonte: Sinopse preliminar do Censo Agropecuário e Anuário estatístico de Pernambuco 1975.²

Durante este período de 25 anos, o número de estabelecimentos quase duplicou e a área total aumentou consideravelmente, enquanto a área das lavouras passou a representar da terceira parte à quinta parte do total. Isto significa que a extensão da área ocupada se fez unicamente em benefício da pecuária, em pastagens naturais por desbravamento de matas e caatinga, e em pastagens cultivadas.

Se consideramos os números de estabelecimentos segundo a área durante o mesmo período, aparece nitidamente este duplo processo de "minifundização" por uma parte, e concentração das terras por outra.

Especificação	Nº de estabelecimentos			Área (ha)		
	1950	1960	1970	1950	1960	1970
menos de 10 ha	1075	2004	2196	3296	3977	3922
10 a menos de 100	158	158	168	4324	4076	4516
100a menos de 1000	10	21	36	2836	5858	8711

Fonte: Sinopse preliminar do Censo Agropecuário, e Anuário estatístico de Pernambuco — 1975.

Esta tabela suscita uma série de observações:

- o número de pequenos estabelecimentos e o número dos grandes (relativamente à zona) aumentaram muito.
- a partir de 1960, o número de pequenos estabelecimentos aumentou pouco. O retalhamento da terra chegou a tal ponto que não suporta mais divisão. A maioria destes estabelecimentos já nem permitem a subsistência da família que nele mora.
- o aumento do número de pequenos estabelecimentos não se acompanhou

de um aumento proporcional da área. Isto prova que ele é devido à divisão da propriedade e não ao alargamento de área.

d) a faixa dos estabelecimentos de 10 a menos de 100, que apontamos como sendo do grupo de agrocriadores "médios", perdeu da sua importância relativa tanto no número absoluto como na área ocupada.

e) Foram os "grandes" estabelecimentos que se beneficiaram do alargamento da área ocupada. Representando apenas 1,5% do número total ocupam em 1975 a metade do território.

1.2 Sistema de exploração

A utilização das terras permite afinar a nossa análise:

Utilização das terras

Fonte: idem.

	informantes	áreas (ha)
Lavouras permanentes	210	377
lavouras temporárias	2804	3236
pastagens naturais	747	7691
pastagens plantadas	195	3196
matas e florestas naturais	66	342
Terras produtivas plantadas	02	02
não utilizadas	217	404
terras irrigadas	18	40

As lavouras permanentes ocupam menos espaço que as terras não utilizadas. As pastagens ocupam mais de 70% das terras, sendo conservada, como reserva de mata, uma parte de pouca expressividade.

Ao mesmo tempo que crescia a área de pastagens, aumentava o rebanho bovino do município (mais rapidamente do que os suínos e sobretudo os caprinos).

Efetivos de bovinos³

Fonte: I.B.G.E.

	Nº de cabeças
1950	6345
1960	7724
1970	10198
1975	11717
1977	14200

A progressão da pecuária se acompanha de uma redução do pessoal ocupado no ramo de atividade agropecuária. Já se sabe, com efeito, que a pecuária necessita de uma mão-de-obra mais reduzida que a lavoura. Uma fazenda de 300 ha ocupa regularmente 2 a 3 pessoas, e trabalhadores avulsos temporariamente.

Pessoal ocupado (14 anos e mais)

Fonte: I.B.G.E.

1950	3437
1960	8200
1970	7512
1975	5687

O período 1950-60 correspondeu à época de maior aumento do número de pequenos estabelecimentos: cresceu correlativamente o número de pessoas ocupadas na lavoura. Enquanto a partir de 60, com o aumento da pecuária, diminuiu a quantidade de pessoas ocupadas no setor agricultura-pecuária.

Qual é o regime de exploração? Qual a percentagem do produtor proprietário?

Condição do produtor em 1975:

Fonte: idem

Proprietário		arrendatário		parceiro		ocupante	
no. de estabe.	área (ha)	no. de estabe.	área (ha)	no. de estabe.	áreas (ha)	no. de estabe.	área (ha)
1585	16030	10	12	4	10	798	1093

O número de arrendatários e de parceiros é ínfimo, comparado com o número de proprietários e ocupantes (estes não têm juridicamente a posse da terra, mas o usufruto). Esta informação é confirmada por nosso inquérito. Em 1978, não existem, praticamente, terras para arrendar. No entanto, um caso de arrendamento nos foi assinalado, renovado cada ano ou não, consoante a decisão do proprietário. Tratava-se de um pequeno proprietário que arrendou cinco quadras a mais da sua terrinha para poder aumentar seu gado, conservando uma parte das terras em policultura de subsistência.

Tínhamos assinalado em nosso trabalho anterior uma prática muito freqüente no município: os fazendeiros cediam uma parte das suas terras a partir de março a agricultores que as pediam para culturas de ciclo vegetativo curto: milho, feijão, fava, jerimum, etc. Após a colheita de julho a dezembro, a terra era restituída aos proprietários que aproveitavam "a palha" para o gado. Em 1978, com a extensão das pastagens plantadas, esta prática está se tornando raríssima. O fazendeiro procura aproveitar ao máximo as suas terras para o criatório.

Se arrendatários e parceiros se tornam raros, quase todas as fazendas de certa importância têm um ou dois moradores que, via de regra, fazem as vezes de vaqueiros.

Esta tabela da condição do produtor abrange no mesmo termo de "proprietário" umas categorias sócio-econômicas que têm bem poucos traços comuns: grande fazendeiro, agrocriador, pequeno proprietário, minifundiário. Enquanto os pequenos proprietários, minifundiários, arrendatários, parceiros, "ocupantes", e assalariados constituem uma camada só. Temporariamente, o pequeno proprietário pode ser assalariado por exemplo.

A percentagem de produtor proprietário é muito alta, mas esse critério não tem pertinência. O tamanho do estabelecimento e o tipo da exploração têm mais valor diferenciativo.

2 – EVOLUÇÃO DAS ATIVIDADES PASTORIS.

A bovinocultura é uma das características da microrregião. O município de Agrestina aparece como uma área com densidade de bovinos superior à média (CONDEPE, v. 1 p. 42).

A bovinocultura de tipo comercial tem no município duas especializações: o corte e o leite.

2.1 O gado de corte

Esta especialização que é tradicional no município é também apontada pelo IBGE em 1977 como sendo a de maior expressão. Com efeito, várias fazendas entre as maiores se dedicam essencialmente a esse tipo de criatório. Em todas as fazendas, os animais que apresentam algum defeito e as vacas que deixaram de ser boas reprodutoras ou boas leiteiras são destinadas ao corte. Por outra parte, os pequenos criadores continuam a ter uma parte do gado criado "na corda". Na ocasião da venda, sua carne é mais valorizada do que a do animal "de solta", sendo preferida para a preparação da carne de sol.

O município de Agrestina sendo produtor de carne-de-sol, é de supor que esta orientação do criatório há-de se manter.

2.2 O gado de leite

Esta orientação do criatório já existia em 1965-66, mas se desenvolveu muito nos últimos anos, porque a bovinocultura de leite se beneficiou de financiamentos através do banco do Estado, e atualmente da EMATERPE. A produção média diária é de 4000 litros segundo a EMATERPE. A comercialização se reparte da maneira seguinte: 65% vai para o posto de resfriamento da Cilpe, em S. Caetano. Um intermediário, o mesmo desde uns 20 anos, coleta o leite até às 9 horas da manhã a Cr\$ 3,30 o litro e leva a produção por caminhão. 25% são comercializados por particulares, intermediários do município que compram o leite a Cr\$ 4,30 o litro, muito cedo de manhã e o revendem para comerciantes em Caruaru. É um leite de primeira qualidade, por serem exigentes os clientes de Caruaru. Enfim, 10% entram na fabricação do queijo de coalho ou de manteiga.

São os grandes e médios proprietários os que mais se dedicam a este tipo de bovinocultura, porque necessita de grandes investimentos. Enquanto isso a pecuária de corte conservou um aspecto tradicional de criação semi-extensiva, com um gado de tipo Indu-Brasil. A engorda de animais necessita sobretudo de pastagens plantadas de capim de pisoteio. A bovinocultura de leite requer primeiro uma raça bovina adaptada a esse tipo de pecuária. Uns oito fazendeiros possuem reprodutores de raça holandesa pura. O gado leiteiro do município é na grande parte mestiço de holandês com zebu, mais adaptado ao clima do que o gado puro holandês; mas já os grandes fazendeiros têm várias vacas de raça pura. Este melhoramento da raça bovina se generalizou rapidamente no município. A criação de gado leiteiro é intensiva e necessita um manejo particular com infra-estrutura moderna. O gado puro holandês não leva muito o sol e recebe ração o ano todo. Daremos o exemplo seguinte de uma fazenda de 300 ha orientada para a bovinocultura de leite:

O equipamento consta de um grande estábulo com duas cocheiras e sete bezerreiros, um brete e um banheiro, cinco currais, uma carregadeira para o transporte em caminhão (novidade para Agrestina, onde se encontram ainda nas estradas municipais boiadas rumando para o matadouro ou para uma fazenda), dois silos trincheiras de uma capacidade de 40 toneladas, uma sala com uma máquina de cortar ração, dois tratores, um caminhão e uma charrete completam o equipamento da fazenda que tem instalação elétrica e água encanada.

Na altura do inquérito (agosto de 78), o rebanho, todo vacinado, se compunha de 60 vacas leiteiras (duas puras de raça holandesa e as demais mistas), 40 bezerras, 20 bezerros (de tipo mochos, que são mais valorizados), 86 "solteiras", três reprodutores de raça holandesa, um guzerá. Para tratar do gado, basta um vaqueiro morador e dois ajudantes. No verão mais dois a quatro trabalhadores avulsos ajudam para distribuir a ração. O tratorista serve de gerente e o proprietário administra diariamente a fazenda.

A comercialização do leite se faz através de um intermediário particular que coleta o leite em algumas fazendas às 4 horas da manhã para os consumidores de Caruaru. A produção atual diária da fazenda é de 150 litros, vendida a Cr\$ 4,30 o litro. O fazendeiro pretende incentivar a produção distribuindo mais ração e farelo às vacas ordenhadas. A localização da fazenda, à beira da rodovia, facilita o escoamento da produção com o mínimo de frete.

Outra comercialização da produção da fazenda é a venda dos bezerros, uns 60-70 por ano. O bezerro apartado é vendido de Cr\$ 1.600,00 a Cr\$ 2.000,00 a uns comerciantes que os revendem aos pequenos criadores como gado "de corda", selecionado para a melhor carne-de-sol. Estas transações da carne em pé se localizam geralmente dentro do município entre partes que se conhecem desde longos anos. Este relacionamento garante o negócio.

2.3 As pastagens

As pastagens naturais em certas zonas continuam a ser uma fonte apreciável de alimentos para o criatório; a milhã que nasce com as trovoadas de janeiro e fevereiro e o capim de raiz que lhe sucede a partir de abril-maio. Mas em todas as fazendas se plantam capins de corte e de pisoteio. Dois capins se generalizam: para o pisoteio é o pangola que se expandiu desde 1965 em toda a zona e que dá o melhor resultado. Para o corte, o elefante é o mais apreciado. A cana de forragem também serve para balancear a ração, junto à silagem (obtida com a massa verde oriunda do plantio de milho) e ao farelo ou concentrado. Os plantios de palma e de algarrobo, mais difundidos 12 anos atrás, escasseiam.

Recorrendo ao exemplo anterior, na fazenda mencionada os plantios se repartem da maneira seguinte: sobre uma área total de 300 ha, o capim pangola cobre 220 ha, o nativo uns 40 ha, o capim elefante 20 ha a palma uns 6 ha. Não tem reserva de mata, mas umas árvores que dão sombra para o rebanho e cuja madeira está utilizada como estacas. O plantio de pangola

está dividido em 16 mangas de tamanho e valor nutritivo variados, sendo reservados os cercados melhores para o gado de leite (a quem se distribui para completar uma ração no verão). O capim elefante é irrigado no verão. A fazenda têm 11 barreiros e açudes e um rio que nunca seca totalmente. As cercas de aveloz vão sendo substituídas pelo arame farpado.

3 – PROBLEMAS ATUAIS DA AGRICULTURA.

3.1 Agricultura comercial e policultura de subsistência

Nos últimos 15 anos as atividades da lavoura no município perderam muita feição comercial, servindo principalmente para abastecimento da região circunvizinha. As culturas que se destinavam apenas a mercados extra-regionais desapareceram quase por completo: o café e o algodão. As culturas alimentares da mandioca, do feijão e do milho que se destinam ao autoconsumo resistiram mais e são de maior disseminação.

Principais produtos agrícolas

	1964	1968	1969	1970	1974
a) milho					
área cultiv. (ha)	1964 3328	1968 3270	1969 3000	1970 3000	1974 4500
Produção (T)		2400	2700	1000	4000
b) feijão					
área cultiv. (ha)	3769	3360	2500	2000	4000
Produção (T)		1210	1500	960	2400
c) mandioca					
área cultiv. (ha)	894	337	180	50	310
Produção (T)		5055	2160	600	2000

Fonte: IBGE

Nota-se que no ano de 70 houve uma queda de toda a produção. Mas a produção de milho e de feijão, plantados em consórcio, aumentou de novo e em 1974 superou a dos anos anteriores. Enquanto a produção de mandioca

diminuiu muito. Em 74 a quantidade de mandioca produzida foi inferior de mais da metade à de 68. Fenômeno que influi sobre o beneficiamento do produto. Um informante de 70 anos, dono de uma casa de farinha no sítio de Água Branca, tradicional terra da mandioca, nos afirmou que ficavam ali em 78 apenas 20 casas de farinha, 16 a motor e quatro manuais. Em 66, o agente da Estatística do IBGE tinha registrado no mesmo sítio 73 casas de farinha, todas manuais.

Na policultura de subsistência, outros produtos são em parte comercializados nas feiras de Agrestina, Caruaru e Cupira, e trazem pequenos lucros aos produtores: o cará, o inhame, a batata-doce, e na porção de brejos do Norte do município: o tomate, a banana, o caju e a castanha de caju assada, a laranja, a manga, o abacate etc.

Temos de observar que o município se diferencia do conjunto da microrregião (CONDEPE, v. 1 p. 50-52) na produção agrícola em certos pontos:

— desaparecimento da cultura do algodão, ainda consorciada com milho e feijão em muitos outros municípios. As condições climáticas e de solos⁴ não permitiram o cultivo do algodão herbáceo, cuja produção baixou tanto desde 66 que deixou de ser plantado.

— a queda da produção de mandioca, enquanto a tendência geral na microrregião é a expansão deste produto.

— o aumento da produção milho-feijão, enquanto são lavouras em declínio na estrutura econômica da microrregião.

A lavoura no município enfrenta uma série de problemas comuns de toda a zona: a degradação dos solos que se acelerou nos últimos anos, em virtude do desflorestamento (quase total no município), do uso da queimada, dos plantios irracionais, da ausência de uso de adubos e corretivos, da exploração de lavouras aceleradoras da erosão, especialmente o algodão e o café que foram cultivados durante décadas. Esta degradação dos solos se combina com o primitivismo dos processos produtivos para ter como efeito uma diminuição da produtividade e da rentabilidade da lavoura.

3.2 O crédito agrícola

O acesso ao crédito agrícola que se fazia em 1966 principalmente através de duas cooperativas de crédito (que deixaram de funcionar em 67)

se faz atualmente através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATERPE) que se implantou em Agrestina em 1975. Em agosto de 78, 152 produtores são assistidos, distribuídos da maneira seguinte, segundo a tabela utilizada pela EMATERPE: 115 pequenos produtores (com terrenos de menos de 50 ha), 18 médios produtores (de 50 ha a menos de 105 ha) e 20 grandes produtores (acima de 105 ha). Apenas 15 desses produtores eram financiados só pelos produtos agrícolas que são em Agrestina o milho, o feijão e a mandioca. A estes produtos, poderia se acrescentar futuramente o cará que tem um bom rendimento na zona e cuja produção se manteve satisfatória desde 66. Fora destes três produtos, só a bovinocultura de leite é contemplada com financiamento. Uns 100 produtores pediram financiamento para as lavouras e para a bovinocultura de leite. Porém é a bovinocultura que assume a maior expressão, sendo considerada pela EMATERPE propriedade de gado de leite a que sustenta 15 vacas leiteiras e mais ou seja que dá uma produção média a partir de 40 litros diários.

A proporção de grandes e médios produtores contemplados com financiamento ⁵ sobre o conjunto destas camadas é maior do que a dos pequenos produtores. Com efeito, são apenas 49 os produtores que exploram menos de 10 ha e que beneficiaram de financiamento, minoria ínfima em relação ao grande número de pequenos produtores.

A comercialização da produção agrícola se faz seja por venda direta ao consumidor no mercado e na feira da sede do município e dos municípios vizinhos de Cupira, Altinho e Caruaru; seja a intermediários, corretores de cereais, na maioria os próprios comerciantes do município. Na época da colheita, aparecem também intermediários das cidades da Zona da Mata.

O extensionista da EMATERPE tenta incentivar a cultura e implantar tecnologia, realizando campos de demonstração e cursos para os agricultores. Distribui plantadeira, pulverizador etc. aos produtores de baixa renda que assistem aos cursos. De um modo geral, os campos de demonstração despertam pouco interesse, e as inovações para aumentar a produtividade são aceitas com muita dificuldade. O maior problema a enfrentar é o controle da erosão. Para conseguir esse fim, o método mais fácil de ser aceito pela mentalidade do agricultor tradicional seria o plantio em curvas de nível. Ainda prevalece o costume do plantio horizontal que faz "um plantio mais bonito".

De qualquer maneira, todos são conscientes da necessidade de resolver em prioridade o problema da comercialização da produção. O melhoramento da produtividade e o aumento da produção devem ser acompanhados pela criação de cooperativas para armazenar a produção e vender ao melhor

preço. Ao contrário, haverá superprodução e preço baixíssimo que não compensa o trabalho do agricultor.

4 – A PECUARIZAÇÃO.

A pecuarização é um fenômeno assim definido no Plano de desenvolvimento do Agreste Meridional (CONDEPE, v. 1 p. 48)

“A quebra, em virtude do aumento imoderado da pecuária, de tradicional equilíbrio definidor do sistema gado-lavouras”

Já temos assinalado *supra* este fenômeno no município de Agrestina, onde é caracterizado pelo substancial aumento do rebanho bovino, a ampliação das áreas de pastagens e a predominância crescente do criatório.

No seu início, este fenômeno ocorreu com o declínio do ciclo do café na primeira metade dos anos 60. A campanha de erradicação dos cafezais liberou terras e recursos financeiros. Em nosso município, produtos hortifrutícolas e açafrão ocuparam estas terras de brejo. Os capitais liberados se investiram na pecuária que se praticava nessa região desde os primórdios do povoamento e que se manifestou como adaptada ao clima e aos solos. O declínio do algodão herbáceo, que era plantado geralmente na zona em 66 por pequenos e médios proprietários (em consórcio com milho e feijão) levou à convicção de que a terra não dava mesmo para a agricultura, fora do roçado. Observa-se nitidamente em 78 um sentimento geral de desapego da lavoura. A mandioca, por exemplo, diminuiu muito porque “o trabalho é muito e dá pouco. Não compensa o trabalho”. O agricultor tem preferência para o criatório: “dá mais lucro e menos trabalho”; “A agricultura não é segura, por um pouco falha. O animal é mais seguro”. É difícil encontrar um pequeno proprietário de um ha que não crie uma ou duas vacas. Assim tem leite para o consumo e vende o bezerro ou o cria “de corda” para o vender mais tarde ao marchante. Quase todos os produtores assistidos pela EMATERPE criam (138 sobre 153). Há de se observar que esta tendência existe desde decênios. Há muitos anos que o pequeno produtor plantava e criava ao mesmo tempo. Quando não podia criar uma vaca, a mulher criava porcos e cabras. A novidade, porém, é esta total perda de confiança, este desânimo em relação à lavoura. Numerosos e complexos são os fatores que originaram este comportamento. Entre eles salientamos o malogro do cultivo do algodão herbáceo, que há 12 anos era muito cultivado pelo pequeno produtor que pensava equilibrar seu orçamento com esse produto de comercialização; a degradação dos solos; a eliminação progressiva da parceria que diminuiu as disponibilidades

de terra para lavoura; a subdivisão excessiva da pequena propriedade. Tudo isso contribuiu para que o agricultor abandonasse as culturas. Os mais velhos ficam e cultivam o pouco que lhes chega e que suas forças conseguem fazer. Muitos vendem aos vizinhos mais abastados que procuram concentrar terras para plantar capim, e eles migram para S. Paulo. É este o processo que o geógrafo Mário LACERDA DE MELO analisou (5:7-28, 1976) mostrando a base predominantemente econômica dos movimentos migratórios desta zona.

Dentro da microrregião Agreste Meridional que este Autor apontou como sendo de elevada densidade de povoamento e de intensos deslocamentos humanos qual a posição do município de Agrestina?

5 — POPULAÇÃO E EMIGRAÇÃO.

Mário LACERDA DE MELO (op. cit.) mostrou como a diferença entre as taxas de crescimento de população do Estado (24,9%) e da população da microrregião (3,5%) constitui uma indicação da intensidade do processo migratório a que está submetido o Agreste Meridional. A taxa do crescimento do município de Agrestina é ainda inferior à da microrregião, pois que atinge apenas 0,99 em 1970. Por outra parte, a densidade demográfica, já elevada na microrregião (73,9), atinge 76,5 em Agrestina. Alta densidade demográfica e taxa de crescimento anormalmente baixa são índices de forte migração.

A população dentro do município aumentou entre os dois censos de 60 e 70 da maneira seguinte:

		População		taxa	População estim.
Zona	Zona	1960	1970		em 1975
Município:	Urbana	3066	3849	2,30	4313
	rural	12465	13219	0,59	13613
	T	15531	17068	0,99	17926
Sede:	Urbana	2591	3235	2,24	3615
	rural	6824	7205	0,54	7403
	T	9415	10440	1,08	11018

Fonte: Anuário Estatístico de Pernambuco, 1975.

Observa-se logo que a taxa de crescimento foi bem superior na zona urbana (2,30) do que na zona rural (0,59) e que a população da própria

sede aumenta mais (2,24) do que a população total do município (0,99). Este acréscimo da cidade, previsto no Plano de desenvolvimento do município de Agrestina (DOFSP, 7:25, 1973), é devido em parte ao êxodo rural dentro do município.

A sede exerce uma forma de atração sobre a população rural circunvizinha, não em razão da oferta de oportunidade de emprego que é muito baixa (cf *infra*), mas pelos serviços que proporciona. Em matéria de infra-estrutura urbana, a implantação do sistema de abastecimento de água na cidade, e o calçamento das ruas trazem melhorias nas condições de vida que podem atrair. Mais ainda: os serviços de educação que abrangem o primeiro grau e desde uns três anos o segundo grau completo num colégio particular, e num colégio estadual, recentemente, mantendo assim os jovens na sede até a conclusão do ciclo secundário de estudos.

Este deslocamento da população rural, apesar de não poder se comparar pelo volume com as migrações exteriores ao município, está já sensível na sede que conta além de 1955 prédios particulares e públicos uns 60 prédios em construção. De 1976 para cá, três loteamentos foram abertos e várias "extensões" prolongaram as ruas principais. Em 65-66, Agrestina não dava mínimo sinal de desenvolvimento. Parecia adormecer numa sonolência pacata.

Entretanto, nem todos se integram facilmente: os casebres se multiplicaram na parte suburbana da cidade e formam uma cintura de "mocambos", com uma povoação marginal que vive de trabalhos avulsos na agricultura e de biscates nos dias de feira.

Por memória, lembraremos os deslocamentos de tipo sazonal para a região canavieira. Afetam os homens que deixam o município durante os meses de falta de trabalho no campo, para fazer a safra da cana na zona sul do Estado. Este movimento, enraizado no município desde décadas, continua mas sem se desenvolver.

É difícil fazer uma avaliação numerada da migração exterior ao município. É importantíssima e entre 66 e 78, estes movimentos se avolumaram de maneira perceptível para qualquer observador. Caruaru, tão próximo, continua a exercer uma grande atração, o Recife em grau menor. A atração de Caruaru sobre a região circunvizinha é um fenômeno há muito observado (LAVAREDA, 4:7-41, 1960). Atualmente a destinação mais frequente é S. Paulo. Desde a abertura da rodovia BR 104 o movimento se acelerou. Agora Agrestina está ligada diariamente a S. Paulo por duas empresas de viação que fazem a viagem em 48 horas⁶.

Estas migrações afetam as camadas jovens e dinâmicas da população: os rurais que não têm futuro na agricultura e não podem, por falta de recursos, tentar a aventura do criatório; os jovens que desejam prosseguir estudos universitários; enfim todos os que procuram um emprego que não encontram no município. Com efeito, o mercado do emprego na sede é muito limitado, seja no setor secundário, porque está pouco desenvolvido, seja no setor terciário que está já inchado. As indústrias são de tipo "caseiras". A transformação da carne fresca em salgada, a carne-de-sol, ocupa 44 pessoas em média mensal em 1977, marcando um forte declínio em comparação com 1966. A transformação de leite em queijo de coalho, manteiga e requeijão ocupa uma dezena de mulheres em casa. A fabricação de chocolates numa dúzia de empresas familiares utiliza sobretudo a mão-de-obra familiar, quer dizer dois a três adultos com ajuda de três a quatro crianças por unidade empresarial. A fabricação de vinho de jurubeba que existia havia vários anos, em 66 fechou com a morte do dono.

Portanto, a redução de ocupação na agropecuária não foi compensada por um aumento de oferta de empregos nos demais setores. A presença a pouca distância de um centro comercial dinâmico como Caruaru dificultou o desenvolvimento do comércio varejista que permaneceu fraco.

Em suma, são os fatores de expulsão do meio rural que predominam na motivação destes deslocamentos populacionais. Expulsão devida a fatores intimamente associados: a estrutura agrária, a concentração das terras, a pecuarização, a alta densidade demográfica, a insuficiente estrutura da economia urbana e a insatisfatória oferta de oportunidade de emprego na própria área.

Contudo há um setor da economia que está ultimamente em pleno desenvolvimento: a avicultura nas granjas.

Depois do ciclo do café, do algodão, da pecuária de corte, da bovinocultura de leite, o município iria entrando no ciclo do aviário?

6 — AS GRANJAS.

Em 1966 já havia no município uma granja de postura recentemente instalada e cujo dono, nativo de Caruaru, exercia nesta cidade uma profissão liberal. A propriedade foi vendida dois anos mais tarde e o novo dono, vindo de fora também, modernizou as instalações e incentivou a produção. Na área do município, além de praticar uma pecuária de corte, ele tem duas

granjas, uma de pintos e outra de corte (ou seja de frangos). Instalações modernas equipam as duas granjas: galpões com distribuição de ração mecanizada, chocadeiras elétricas, etc. A produção de pintos é atualmente de 32.000 por semana, mas o produtor tenciona aumentá-la mediante instalação de duas novas chocadeiras. Tanto a produção de pintos de um dia, como a de frangos (a partir de 47 dias) são vendidas em Caruaru, mercado centralizador que assegura a redistribuição pelos grandes centros urbanos do Nordeste.

Toda a alimentação das aves vem de fora; concentrados especiais para as galinhas, "matriz" para os frangos. A empresa tem recursos subsidiários na venda das galinhas que ultrapassam 58 semanas e dos ovos que não foram selecionados para a incubação; enfim do esterco que os fazendeiros compram para alimentação do gado. Na granja de pinto a empresa utiliza em parte um pessoal técnico especializado que vem de fora: três homens e duas moças para tratar da manipulação e da incubação, e um gerente. As restantes seis a sete pessoas que tomam conta dos galpões (limpeza, distribuição de ração, apanha dos ovos) não são especializadas e são recrutadas no sítio.

Em outros municípios, S. Bento do Una, Carpina, Paudalho, Belo Jardim. . . até fazendeiros abandonaram o criatório para montar granjas de postura, de pintos ou de corte na esperança de conseguir lucros maiores. No município de Agrestina, a experiência positiva da granja descrita *supra* serviu de exemplo. Atualmente são quatro as granjas de produção em grande escala, altamente modernizadas: uma de postura, duas de pintos e uma de corte, cujos donos vieram de fora com capitais novos que investiram no município. Temos de observar, porém, que as pequenas granjas de corte de tipo empresa familiar vão se desenvolvendo, ao mesmo tempo que as técnicas mais rudimentares para fabricação e utilização dos galpões. Além disso se trata de uma atividade intensiva que não precisa de muito espaço. Uma meia-dúzia de famílias da cidade de Agrestina se lançou no aviário, com criação de 200 a 1000 frangos em galpões instalados nos quintais das casas. Muitas outras famílias tencionam tentar a mesma aventura. São geralmente as mulheres que tomam conta da criação, ajudadas temporariamente pelo marido e pelos filhos na preparação dos galpões e na distribuição da ração. Os pintos são comprados nas grandes granjas (onde representam uma parte ínfima da venda) a Cr\$ 5,00 o pinto de um dia. Depois de 60 dias o frango "a pena" de mais de dois kg é vendido a 20-22 cruzeiros o quilograma. A alimentação especial é comprada em Caruaru: concentrado inicial e concentrado final, misturado esse com farelo de milho na última semana para poupar os gastos. Os pintos são vacinados e recebem atentos cuidados durante dois meses. São abatedores de Caruaru ou intermediários que vêm comprar e recolhem a produção. O lucro conseguido é tido como bem superior ao que se pode esperar de

qualquer outro ramo de atividade exercida no município. Por isso, esta atividade, nova em Agrestina, se expande com facilidade, até que houver superprodução. . .

Salientamos *passim* as pequenas divergências do município de Agrestina relativamente ao conjunto da microrregião na qual se integra. Verificamos que este município enfrenta todos os problemas desta região. Agrestina participa do Plano de desenvolvimento acima referido, desempenhando somente uma parte das funções estratégicas no contexto do sistema sócio-econômico do Estado apontadas *supra*. A saber:

1) abastecimento alimentar: Abastece em produtos agrícolas (milho e feijão especialmente, mandioca, cará, inhame) e produtos da fruticultura Caruaru e os municípios vizinhos de Cupira e Altinho; em carne-de-sol a zona Sul canaveira, principalmente (parte da carne verde vai para Caruaru). A maior parte do leite abastece o Recife, através da Cilpe, e a quarta parte Caruaru. Ultimamente, abastece em pintos e frangos Caruaru e através desse centro outras cidades do Nordeste.

2) fornecimento de matérias-primas à indústria estadual. Só podemos assinalar o couro salgado, como subproduto da indústria da carne-de-sol, vendido por um único intermediário. A extração de carvão vegetal está diminuindo muito (passou de 60.000 kg em 74 a 40.000 kg em 77). Serve essencialmente para o consumo interno, sendo os ferreiros fabricantes de chocalhos os maiores consumidores.

3) Agrestina não oferece serviços vinculados ao turismo e lazer. Em agosto de 78, o primeiro hotel estava em construção.

4) Fornecimento de produtos industrializados. Se não consideramos a carne-de-sol como produto "industrializado", o chocalho é praticamente o único a sair do município. Toda a produção vai para Caruaru que é o mercado centralizador desse tipo de produção ligado ao criatório. É difícil fazer uma avaliação certa da produção por ser muito variável no decorrer do ano. Porém não parece ter sofrido diminuição desde 66. A maior parte dos "ferreiros" são ao mesmo tempo agricultores; 10 sobre as 12 fábricas de chocalhos, as "tendas de ferreiros" que já existiam em 66, são concentradas no povoado de Sta. Tereza. São pequenas empresas — muitos donos são aparentados entre si — utilizando essencialmente a mão-de-obra familiar. A fabricação de chocalho é de tipo artesanal, e o fole da forja é acionado manualmente. Parte da matéria-prima, ferro e latão, é comprada em Caruaru. O barro, a areia e o carvão vegetal provêm do lugar mesmo. A produção por tenda

é na média de um milheiro por mês, facilmente absorvida por Caruaru por ser constante a demanda.

É de notar em toda a vida econômica do município de Agrestina a importância dos intercâmbios com Caruaru, grande centro polarizador, através da rodovia, artéria e veia indispensável a sua sobrevivência e a seu desenvolvimento. Será que Caruaru desempenha um papel semelhante na vida sócio-cultural do município? Agrestina seria apenas "um subúrbio de Caruaru", segundo a afirmação de um informante. . .

7 – ESTRATIFICAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

O Agreste Meridional é área de predominância agropecuária e de reduzida diversificação da economia urbana. No município de Agrestina há um pequeno número de estabelecimentos industriais, de comércio e de serviços em geral. Os estabelecimentos são de dimensão reduzida, e de tipo empresa familiar que utilizam menos de 10 empregados. Fechou em 1969 uma cerâmica que empregava 39 operários. As 11 "salgadeiras" em atividade na cidade, as três padarias, as três ou quatro mercearias, as duas farmácias (uma é veterinária) têm poucos empregados. Os estabelecimentos menores, vendas, barbearias, bares, bodegas, etc. não têm empregados. O censo do comércio de 1970 notava que no município existiam 92 estabelecimentos comerciais ocupando um total de 145 pessoas. O artesanato diminuiu notavelmente de 1966 a esta parte: não existe mais fábrica de cordas; os dois fogueteiros morreram de acidentes de trabalho. A fabricação de redes de pescar e de dormir, antigamente atividade próspera na vila Barra do Chata vai decaindo. Atualmente só três mulheres de idade tecem redes sob encomenda ou para vender nas feiras de Agrestina, Caruaru e Cupira.

Entretanto abriu-se há oito anos uma loja de móveis que achou clientes na cidade e no meio rural. Muito recentemente, em maio de 78, o Banco do Nordeste montou uma sucursal em Agrestina, com um pessoal Caruarense, com exceção de duas moças da cidade.

Se o comércio permaneceu fraco, há uma série de intermediários que vivem de "negócios": negociantes de gado que percorrem as exposições, corretores de cereais, proprietários de caminhões que fazem frete, uns 20 proprietários de carros de praça que vivem do movimento intenso das pessoas entre o meio rural, Agrestina e Caruaru.

Estes intermediários se beneficiaram diretamente da abertura da rodovia que aumentou o tráfego dos passageiros e das cargas.

Outro setor urbano que se expandiu é o setor administrativo, ou seja o corpo dos funcionários. Se o município perdeu os funcionários federais (que não residiam na maioria) devido à centralização dos órgãos federais em Caruaru (com exceção da EMATER), o corpo dos funcionários estaduais e sobretudo municipais se desenvolveu muito entre 1966 e 78. Foram os serviços de educação e de saúde que mais aumentaram a sua capacidade de atendimento e, em consequência, seus efetivos, em benefício da população agrestinense.

O aumento do número de funcionários municipais é devido também ao fato de que a Prefeitura mantém convênio com numerosas entidades: DETERPE, TERPE, FUSAM, MOBRAL (cinco campanhas), PRODERU, DEC, etc.

Uma pequena parte dos funcionários estaduais não reside na cidade: juiz, promotor, exator, etc. O corpo docente, porém, um médico sobre três e quase todos os funcionários municipais moram nela, e fazem parte integrante da população urbana.

Apesar de ser apresentada como "uma família só" segundo um informante numa visão idealizada, e constituir uma única unidade de vizinhança, a cidade tanto como o meio rural é estratificada em diferentes camadas.

Visto o acréscimo da população e a chegada de novas pessoas, os indivíduos já não se conhecem todos uns os outros. Acabou a situação de interconhecimento que existia ainda em 66, favorecendo a generalização das relações interpessoais entre indivíduos que pertenciam a diferentes camadas. Persiste um núcleo importante de pessoas estreitamente inter-relacionadas. Mas existe também uma parte da população que não está integrada e escapa a este sistema de inter-relacionamento.

A situação de interconhecimento se realiza totalmente dentro de uma categoria profissional. Tínhamos verificado em 1966 que a categoria de marchante (negociante de carne) apresentava uma organização hierarquizada: em primeira posição vinha o grande marchante, muitas vezes criador e boiadeiro, proprietário de várias casas e de carro de praça, que matava duas ou três vezes na semana várias reses; depois, o comprador de couro, único a comprar o couro da totalidade do gado bovino abatido no matadouro; depois, o marchante propriamente dito, que matava duas vezes por semana duas a três reses; depois o "osseiro" que comprava a ossada e o fato para revender; e por fim a) os diversos empregados no matadouro e nas salgadeiras: magarefes,

cortadores e salgadores de carne; b) as mulheres, que trabalhavam na preparação da carne suína: tripas, choriço, banha, torresmo. Uns 15% da população de Agrestina vivia do comércio da carne.

Esta hierarquização é muito menos sensível em 1978, devido à queda do comércio da carne. O número de cabeças de gado bovino abatido em 1977 (1689 cabeças segundo o IBGE) não atingia a metade do número de 1965 (4333 cabeças). Os maiores marchantes abandonaram esse ramo para negociar gado nas exposições ou para criar. Um deles se lançou no comércio de móveis (cf acima). Em conseqüência, o número de marchantes decresceu de metade e não houve praticamente novos marchantes. Três ou quatro reses por semana é o máximo que se mata por salgadeira. Alguns empregados matam uma res por conta própria e vendem carne verde no açougue dia de feira. Houve portanto uma compressão quantitativa e qualitativa dessa categoria profissional.

Pretendemos prosseguir a nossa pesquisa sobre a estratificação sócio-profissional na cidade de Agrestina pelo estudo mais fino da classe socialmente preponderante: a classe média constituída por agrocriadores, comerciantes, funcionários públicos, negociantes intermediários. Estudo que precisaria portanto de uma estada superior a um mês.

Entretanto, podemos fazer algumas observações:

— Os critérios clássicos de nível de instrução e categoria profissional se revelam insuficientes para dar conta da estratificação da população. A mesma pessoa exerce diversos ramos de atividade, inclusive nas camadas mais ricas da população. Qual é a ocupação mais relevante que origina o status dessa pessoa? Como classificar as categorias profissionais?

— Portanto há-de incluir os "sinais exteriores de riqueza" para medir o peso sócio-econômico de cada um, sobretudo os imóveis rurais e urbanos. Esta é a maneira como a sociedade estudada procede para avaliar a posição de cada indivíduo na pirâmide social.

— Entre estes sinais exteriores, a casa de morada é um dos mais relevantes. Uma tipologia das casas encontradas na cidade informaria sobre as diferentes camadas. A taxa predial que varia conforme a avaliação da casa, efetuada pela Prefeitura, dá uma idéia das diferenças de condições de habitação na cidade: ela varia de Cr\$ 40,00 a Cr\$ 700,00 por ano. 80% dos prédios particulares e públicos possuem iluminação elétrica e 30% água encanada.

A habitação de paredes de alvenaria de tijolos batidos, telhado de telhas canal ou telha inglesa, piso de mosaico e tacos é o tipo mais luxuoso. Apresenta uma areazinha na frente, gradeada, e a fachada está coberta de azulejos de cores vivas. Esse tipo de casa dispõe de iluminação elétrica, água encanada, e de instalações sanitárias mais modernas, com aparelhagem eletrodoméstica completa e televisão. É de grande dimensão, estucado, e geralmente prolonga-se com um vasto quintal. O casebre de taipa, com piso de terra e dimensões reduzidas é o tipo mais simples de habitação que se encontra tanto no meio rural como na parte suburbana da cidade.

Outro meio de aproximação para analisar a estratificação social é um estudo da planta da cidade (Cf mapa III). Criação espontânea, a cidade traz inscrita nela a estratificação da população: a localização da residência situa socialmente o residente. O núcleo central onde se situa a matriz, a praça, a Prefeitura, o mercado, os cartórios, o banco, o cinema e o salão de recreio — como também os maiores estabelecimentos comerciais constitui o bairro residencial mais seleta. As famílias tradicionais de fazendeiros e agrocriadores moram neste núcleo e principalmente em volta da praça central, onde se encontram as casas residenciais mais lindas. Da praça saem três espigões onde residem as pessoas de nível de vida médio-baixo. Na parte suburbana, nas entradas da cidade se localiza uma população de trabalhadores avulsos do campo e da cidade, em parte marginalizada. Com o desenvolvimento de loteamentos e a fixação de novos contingentes populacionais, a fisionomia da zona suburbana se modificará, à medida de sua integração no perímetro residencial.

8 — LIDERANÇA POLÍTICA

Uma das nossas hipóteses se referia à constituição de uma classe de novos possuidores. Com efeito, já em 1966 algumas das maiores fazendas tinham sido compradas por pessoas oriundas de cidades maiores. Julgávamos que este movimento se iria acentuando. Na realidade, considerando em 78 as 14 maiores fazendas do município (de 200 ha a menos de 1000 ha, segundo o cadastro de imóveis rurais do INCRA) podemos observar que oito pertencem a naturais de Agrestina, duas a naturais de municípios vizinhos radicados em Agrestina há mais de 15 anos, uma pertence a uma família de usineiros do sul do Estado há vários decênios, e apenas três foram adquiridas por forasteiros. A influência destas três pessoas na vida social do município é praticamente nula, e não exercem liderança política nenhuma. Estes proprietários têm outras atividades que os ligam a grandes centros urbanos.

Quem exerce a liderança política no município de Agrestina?

Como em quase todas as cidades do interior do Nordeste, as lutas entre duas facções antagonistas para conseguir ou conservar o poder local fazem parte da história do município. Em meados de 1888, em virtude de desentendimento entre uma família tradicional da região e o padre, pároco e prefeito de Altinho de cujo município Agrestina (antigo Bebedouro) fazia parte como terceiro distrito, a sede do governo distrital foi transferida para outro povoado. Foi o começo de brigas entre famílias tradicionais e autoridades municipais que continuaram até o município conseguir a sua autonomia, em 1928.

Em 1966, a vida política e social de Agrestina apresentava uma bipolaridade. Havia dois chefes políticos que brigavam para conseguir a maior clientela, conservando assim vestígios do antigo regime de coronelismo. Cada partido mantinha uma cooperativa de crédito, um posto de saúde, um posto odontológico, um clube social, várias escolas profissionais (de corte, costura e bordado, de datilografia). Esta dualidade atingia todos os setores da vida comunitária da cidade: nas relações entre as famílias, nas relações profissionais, na vida recreativa, até na vida religiosa, já que o vigário havia tomado uma posição política e se tinha oposto energicamente a um espírito que influenciava parte da população.

A luta aberta começou em 68, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara dos Vereadores chefiam as duas facções opostas, abrangendo diversos setores da vida econômica e sócio-cultural. A rivalidade que manifestaram no setor do ensino pode servir de exemplo.

Desde 64 havia um ginásio particular onde se ensinava o primeiro grau do ensino secundário. Em 75 abriram-se ao mesmo tempo neste estabelecimento o ensino primário e o segundo grau (contabilidade) do ensino secundário. O ginásio passou a ser o primeiro colégio da cidade.

Uma escola estadual passou a ensinar em 1974 o primeiro grau do secundário, em 76 o segundo grau (contabilidade) do ensino secundário e em 78 o magistério em convênio com o Estado.

Houve numa primeira fase uma forte concorrência no recrutamento dos alunos. Atualmente, os alunos se repartem entre os dois estabelecimentos conforme as conveniências dos pais, nas quais predomina a afinidade política.

Por motivo de acordo realizado entre os partidos Arena 1 e Arena 2, um único candidato se apresentou nas eleições para prefeito em 1976, e a Câmara dos Vereadores é constituída por representantes dos dois partidos. Aparentemente, a situação sossegou. Mas vários fatores deixam pensar que as tensões permanecem latentes:

a) a presença das famílias antagonistas que continuam inimizadas nas relações diárias. Os filhos herdaram o desentendimento dos pais, a divisão acompanhando as gerações.

b) as intenções políticas do pároco que já foi candidato infeliz nas eleições municipais.

c) o recrutamento do corpo dos funcionários públicos, em particular municipais, com a finalidade primeira de apoiar a ambição política do líder. Quem não aceita, é despedido.

d) nas últimas eleições para prefeito, houve 18% de votos brancos, mostrando que uma parte da população recusou o acordo realizado entre deputados.

Esta evolução da vida política local é o segundo aspecto, ligado estreitamente ao primeiro (a estratificação sócio-profissional) que desejamos aprofundar no futuro.

9 – ASPECTOS CULTURAIS.

A vida cultural continua a ser bem pouco desenvolvida, em razão da insuficiência do equipamento cultural recreativo. Existe um cinema particular na praça; uma pequena biblioteca no colégio particular, outra no recente Posto Cultural (convênio com o Mobral) e uma terceira está na fase de instalação na Prefeitura (convênio com o DEC).

Um dos dois clubes sociais está provisoriamente fechado e precisa de consertos. Um salão que pertence a uma Sociedade de Beneficência é o único local de recreio coletivo. Cada domingo à noite os jovens de todas as camadas da população se reúnem ali para dançar em discoteca.

Um campo de futebol e duas quadras pertencentes ao colégio particular constituem atualmente o equipamento desportivo da cidade.

O município não possui radiodifusoras, sendo ouvidas as três existentes em Caruaru. Existe porém na praça uma difusora que divulga as notí-

cias locais. A EMATERPE no seu diagnóstico sócio-econômico avaliou que 20% da população lia jornais (do Recife) e que a audiência de rádio atingia 80%. Como festa popular sobressai a da padroeira local, comemorada na data de 2 de fevereiro; o S. João, que se festeja armando palhoças em diversos lugares da cidade para as danças juninas, e o Carnaval nos dois clubes.

Se muitos jovens se deslocam nos fins de semana e nos dias de festas para Caruaru, com a finalidade de assistirem a filmes novos e se divertirem, os modelos da sociedade urbana em matéria de música e dança atingem graças ao disco o conjunto da mocidade. A moda de "discoteca" foi fomentada também pela televisão. Em 1966, havia apenas cinco televisores em Agrestina. Em 78, mais de 50 televisores contribuem fortemente para a penetração da sociedade urbana nos lares do Interior, sendo as mulheres e as crianças os espectadores mais assíduos.

CONCLUSÃO

A maior parte das nossas hipóteses se revelaram exatas: a evolução da estrutura agrária do município se realizou no sentido do definhamento da pequena propriedade e da concentração das terras em grandes unidades de exploração (relativamente à zona), gerando uma ruptura progressiva do equilíbrio agricultura-pecuária, que era uma característica desta zona abastecedora do Pernambuco.

A pauperização dos pequenos produtores teve por conseqüência o desapego da agricultura e a intensificação do êxodo rural para os centros urbanos vizinhos e sobretudo para o Centro-Sul.

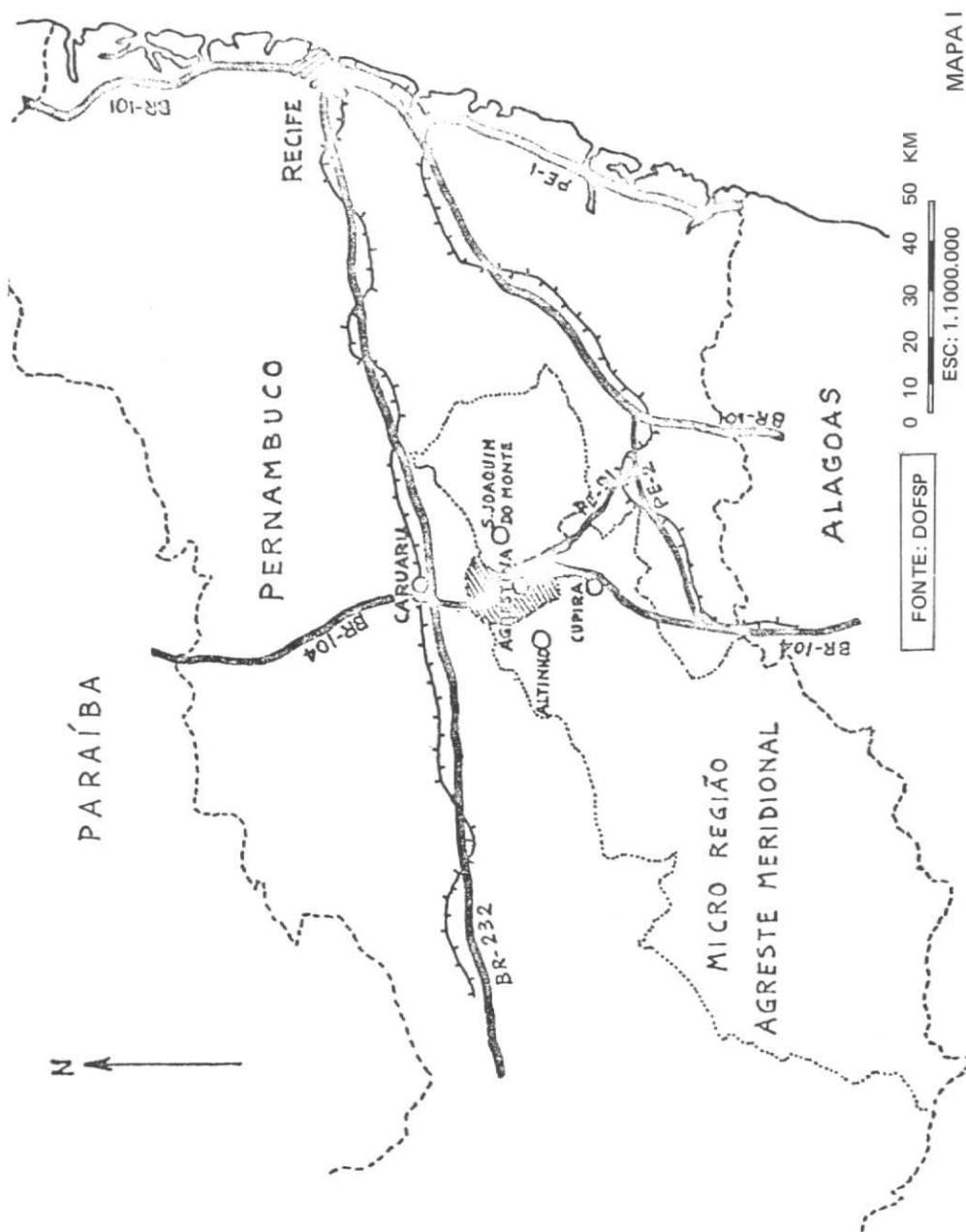
Entretanto fazendeiros e agrocriadores prestaram mais atenção à pecuária. O criatório de tipo intensivo, em particular a bovinocultura de leite, requer a presença solícita do produtor, dando fim ao absenteísmo do grande fazendeiro. O interesse crescente do produtor por uma propriedade valorizada pela concentração de terras, pelas benfeitorias, pelo gado selecionado, enfim pelas maiores facilidades de acesso graças à rodovia é a maior garantia contra a invasão de capitais urbanos. O número de fazendeiros de origem urbana até agora é de pouca expressividade dentro do município.

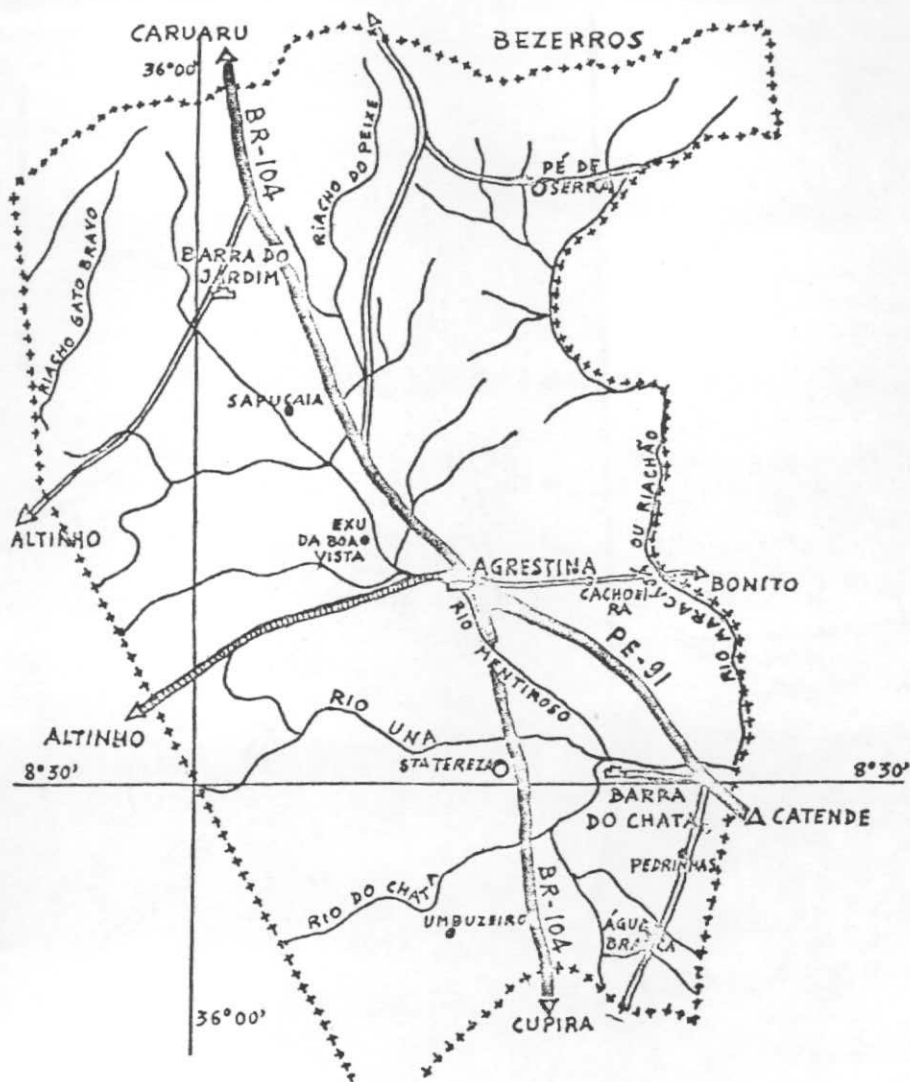
Assim não se constituiu uma categoria de novos possuintes que teria sido um fator de desequilíbrio no sistema de relações sociais complexo que regentava a vida política e social de Agrestina.

Numa cidade onde o setor administrativo aparece mais desenvolvido que os setores industrial e comercial, a política local assume um papel preponderante. A tradição de briga entre duas famílias enraizadas no município permanece vivaz e é mantida cuidadosamente como um divertimento supremo para adultos de ambos os sexos que se apaixonam por ele. Este aspecto lúdico das lutas locais para a liderança nos parece fazer parte do mesmo conjunto simbólico que o desafio, a vaquejada — cada líder procura mostrar a sua habilidade varonil, derrubando o adversário. É também a feição mais característica da subcultura Agreste, não adulterada ainda pelo avanço da cultura urbana global. A bipolaridade do poder estrutura o conjunto do sistema de relações interpessoais na sociedade rural. A introdução e a aceitação de novos padrões de relacionamento vindos do meio urbano encontrará uma forte resistência na estrutura político-social do município, durante o tempo em que se mantiver este bicefalismo do poder. Por outra parte, há uma tomada de consciência incipiente no povo do fato de ele ser “mais humano”, “mais acolhedor” sobretudo em reação contra os Paulistas que “não têm tempo de ligar para ninguém”. A consciência de privilegiar os contatos pessoais e de gozar a vida longe da agitação das metrópoles está se impondo pouco a pouco.

Em outro nível de análise, a influência urbana é indubitável. O nível de vida das famílias mais abastadas de Agrestina não se diferencia mais do nível das famílias de camadas correspondentes nas cidades de Caruaru ou do Recife. As condições de habitação, de alimentação, de higiene, etc. são semelhantes. Por outra parte, os contrastes entre ricos e pobres em Agrestina acentuaram-se nitidamente entre 66 a 78. Portanto, os melhoramentos introduzidos em todos os setores da vida econômica tanto no meio rural como na cidade, beneficiaram apenas uma parte da povoação que progrediu notavelmente, enquanto os demais empobreceram.

O papel da rodovia, meio e símbolo do avanço da sociedade urbana global, aparece em toda a sua ambiguidade: traz progresso, mas elimina os mais débeis; valoriza a propriedade fundiária, mas facilita o êxodo rural. Facilitando o intercâmbio com Caruaru e as metrópoles do Centro-Sul do país, a rodovia contribuiu para tornar os habitantes mais conscientes dos problemas regionais, como também de uma qualidade de vida que os mais esclarecidos desejam conservar.





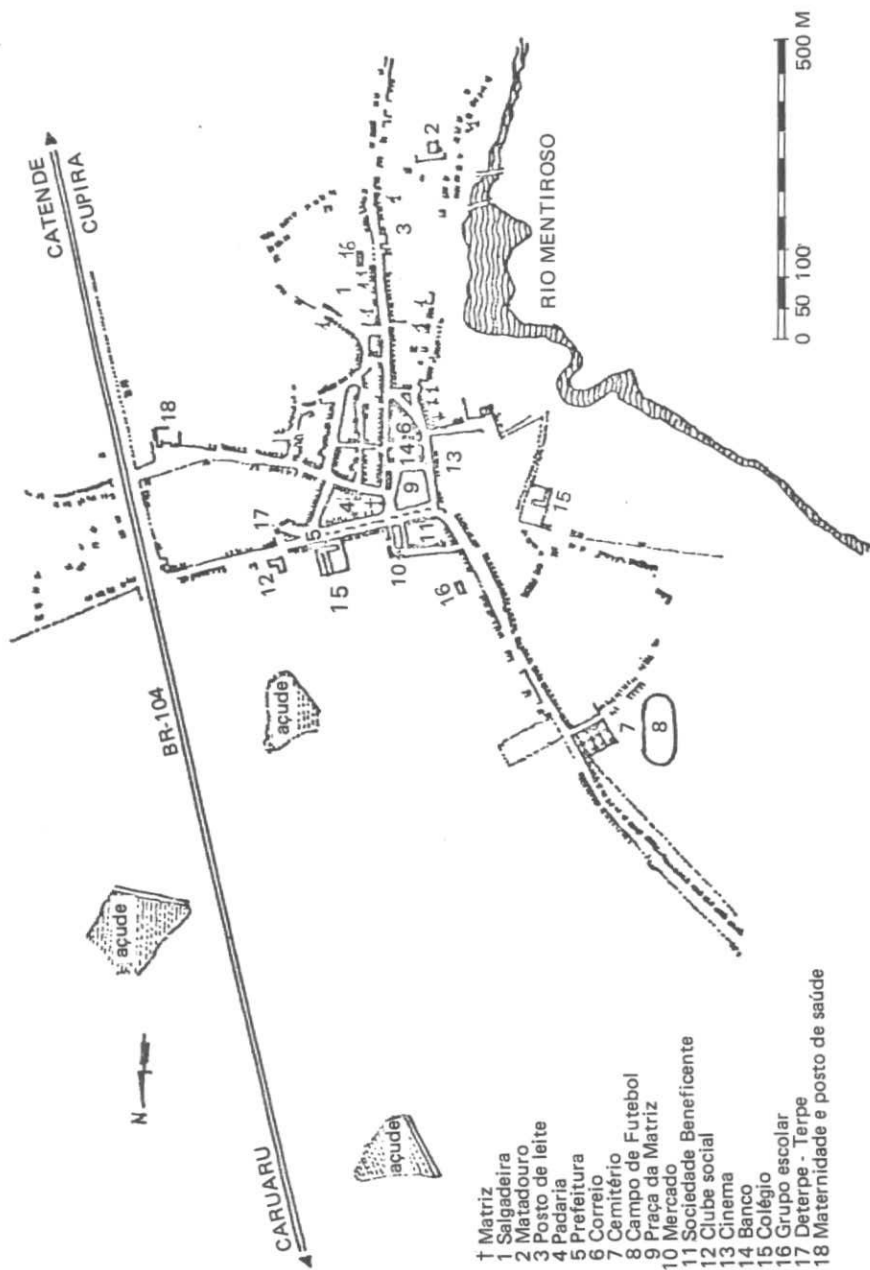
- ++++ LIMITE INTERMUNICIPAL
 - ~ CURSO D'ÁGUA
 - ▬ PAVIMENTADA
 - ▨ SEM PAVIMENTAÇÃO
 - ▬ ESTRADAS MUNICIPAIS
- } Rodovias federal e estaduais
- ▭ CIDADE
 - ▭ DISTRITO
 - POVOADO
 - SÍTIO

0 KM 1 2 3 4 5 KM

FORNTE: IBGE

MAPA II

AGRESTINA - PE
EQUIPAMENTOS URBANOS
FONTE: DOFSP



- † Matriz
- 1 Salgadeira
- 2 Matadouro
- 3 Posto de leite
- 4 Padaria
- 5 Prefeitura
- 6 Correio
- 7 Cemitério
- 8 Campo de Futebol
- 9 Praça da Matriz
- 10 Mercado
- 11 Sociedade Beneficente
- 12 Clube social
- 13 Cinema
- 14 Banco
- 15 Colégio
- 16 Grupo escolar
- 17 Deterpe - Terpe
- 18 Maternidade e posto de saúde

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 Nos Censos anteriores ao Censo de 1970, a superfície do município era indicada como sendo de 127 km². A área, porém, não sofreu nenhuma modificação.
- 2 Baseamos a nossa argumentação nos dados estatísticos fornecidos pelo IBGE, apesar de dispor de outras fontes. Com efeito, para estabelecer comparações entre dados de 10 em 10 anos, só os Censos são utilizáveis. O cadastro de imóveis rurais do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a que tivemos acesso datava de 1972 e constava de 899 estabelecimentos, não abrangendo assim a totalidade dos estabelecimentos do município. A repartição segundo a área se fazia da maneira seguinte:

especificação	%	
menos de 10 ha	71,5	
10 a menos de 50	21,6	25,4
50 a menos de 100	3,8	
100 a menos de 1000	3,1	

É difícil comparar esses dados com os dos Censos, por serem os métodos de cadastramento diferentes entre o IBGE e o INCRA. Mas a percentagem de pequenas propriedades é com certeza subestimada, enquanto a de 10 a menos de 100 aparece superestimada. É a camada dos pequenos proprietários, em particular os minifundistas, que foge mais do cadastramento e da regularização jurídica. As posses deles são muito exíguas, e não têm grande motivação para as registrar no cadastro rural. Além disso, não tencionam pedir financiamento qualquer e escapam igualmente aos serviços da EMATERPE.

O cadastro atualizado pelo INCRA durante o primeiro semestre de 1978 não estava ainda disponível. O número de estabelecimentos recenseados atinge 1350. Não descuramos porém esta fonte de informações valiosíssimas que representa o cadastro rural do INCRA.

- 3 Para o efetivo de bovinos em 1978, o veterinário da EMATERPE faz uma avaliação semelhante à do IBGE: 14.000. Quanto ao veterinário mantido pela Secretaria da agricultura, ele mesmo agrocriador e pertencendo a uma antiga família do município, avalia o rebanho em 12.200 cabeças.
- 4 Solos variados: Litólicos, Podzólicos, Bruno e Vermelho-amarelo. Clima se-

- mi-árido com precipitação irregular de 1050 mm anual; temperatura entre 13 e 33°C.
- 5 O financiamento para a bovinocultura de leite se reparte da maneira seguinte: — empréstimo semifixo para o gado de quatro anos de carência, + quatro anos. — empréstimo fixo para construção: estábulo, barreiros, açudes etc. até seis anos de carência, + seis de amortização (= 12 anos) dependendo da capacidade de pagamento. Os cálculos são feitos sobre 60% do lucro, deixando 40% para investimentos.
 - 6 Uma destas empresas de ônibus foi criada e é atualmente dirigida por um "filho da terra" que migrou para S. Paulo.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1963.
- 2 — ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE PERNAMBUCO. Recife, SERPE, 1975.
- 3 — BOISVERT, Colette Callier. Apontamentos para um estudo de economia agrária num município da zona Agreste de Pernambuco, Agrestina. *Ciência & Trópico*, Recife, 1(1):143-172, jan./jun., 1973.
- 4 — LAVAREDA, José Hesketh. As migrações internas: Caruaru, um dos seus centros detentores. *Boletim do IJNPS*, Recife, 9:7-41.
- 5 — MELO, Mário Lacerda de. Proletarização e emigração nas regiões canavieira e agrestina de Pernambuco. *Ciência & Trópico*, Recife, 4(1): 7-28, jan./jun. 1976.
- 6 — PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO AGRESTE MERIDIONAL DE PERNAMBUCO. Recife, CONDEPE, 1974. v.4.
- 7 — PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA-PERNAMBUCO. Recife, DOFSP, 1973.
- 8 — SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO — VIII Recenseamento Geral, Rio de Janeiro, IBGE, 1970. v. 5.
- 9 — SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO — VIII Recenseamento geral. Rio de Janeiro, IBGE, 1970. v. 1.
- 10 — SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO INDUSTRIAL — VIII Recenseamento geral. Rio de Janeiro, IBGE, 1970, v. 4.